

Art. 3. É delegada no Director de Administração e Finanças ainda a competência para:

- a) Autorizar despesas variáveis a pagar pelas verbas atribuídas ao Ministério da Educação e Cultura no Orçamento do Estado, dentro dos limites e parâmetros a fixar pelo Secretário Permanente;
- b) Propor ao Secretário Permanente, o abate de bens do MEC, nos termos estabelecidos na legislação em vigor;
- c) Propor ao Secretário Permanente, o pagamento de horas extraordinárias ao pessoal em serviço nos organismos centrais e das instituições subordinadas do Ministério da Educação e Cultura;
- d) Decidir sobre a concessão de subsídio por morte de funcionários do Ministério da Educação e Cultura, ouvida a Direcção de Recursos Humanos;

Art. 4. É delegada, no Director de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Cultura, para além das previstas no artigo 2 do presente diploma, ainda, a competência para o exercício dos actos que a seguir se discriminam:

- a) Assinar contratos do pessoal admitido fora do quadro e despachos de provimento do pessoal do quadro, depois de autorizados superiormente, a sua contratação ou nomeação e colocação;
- b) Promover, transferir, autorizar permuta, ou praticar quaisquer actos que alterem ou extingam a situação do pessoal referido na alínea a), à excepção das transferências do pessoal técnico, docente e administrativo dentro da província;
- c) Aplicar as penas previstas nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 177 do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado;
- d) Exonerar os funcionários nos termos estipulados pelo n.º 1 do artigo 230 do EGFE;
- e) Reconduzir, nomear provisória ou definitivamente e prorrogar contratos dos funcionários referidos na alínea a);
- f) Autorizar a evolução de documentos aos candidatos não aprovados nos concursos para o provimento em cargos públicos;
- g) Autorizar a desistência dos concorrentes aos concursos de ingresso ou habilitação baseados em factos atendíveis;
- h) Assinar despachos de contagem de tempo para efeitos de aposentação, e outros depois de superiormente autorizados;
- i) Autorizar os pedidos formulados pelos trabalhadores de rectificação dos seus nomes, quando estes não estejam em conformidade com os nomes que constam dos seus registos de nascimento;
- j) Autorizar as funcionárias a aditar ao seu nome o pedido do marido ou a acrescimo ou mudança de nome que por qualquer outro motivo seja solicitado;
- k) Assinar os cartões de identificação a que se refere a Portaria n.º 351/77, de 15 de Setembro, e todo o expediente referente aos actos administrativos praticados no âmbito das competências delegadas neste diploma;
- l) Autorizar pedidos de licença registada e ilimitada;
- m) Autorizar a fixação de encargos ao período não descontado para a aposentação.

Art. 5. As delegações de poderes concedidos são extensivas ao substituto legal quando, por motivo de falta, ausência ou impedimento do respectivo titular, esteja no exercício de funções.

Art. 6. - 1. Sem prejuízo de intervenção directa do Ministro da Educação e Cultura e do Secretário Permanente, mesmo na parte dos actos que tenham sido delegados às entidades mencionadas no presente diploma, estas seleccionarão os assuntos que por natureza ou por reserva explícita ou implícita devam ser submetidos a despacho do Ministro ou do Secretário Permanente.

2. Sempre que haja lugar a indeferimento ou denegação, os interessados poderão interpor recurso para o Ministro da Educação e Cultura ou para o Secretário Permanente, dentro dos prazos legalmente estipulados, observando-se para o efeito o previsto na alínea b) do artigo 5 do Decreto n.º 46/2000, de 28 de Novembro.

Art. 8. É revogado o Diploma Ministerial n.º 22/2002, de 6 de Março.

Art. 9. As dúvidas e lacunas emergentes na interpretação e aplicação do presente diploma serão esclarecidas por despacho do Ministro da Educação e Cultura.

Art. 10. O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Maputo, 21 de Julho de 2005. — O Ministro da Educação e Cultura, *Aires Bonifácio Baptista Ali*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Diploma Ministerial n.º 185/2005

de 7 de Setembro

Considerando a necessidade de especificar os padrões de madeira processada, para implementação do disposto no n.º 3 do artigo 12 do Regulamento de Florestas e Fauna Bravia, aprovado pelo Decreto n.º 12/2002, de 6 de Junho, e ao abrigo das competências atribuídas pelo artigo 119 do referido regulamento, o Ministro da Agricultura determina:

Único. São definidos os seguintes padrões para a transformação primária de toros de todas as espécies florestais produtoras de madeira:

1. *Tábuas*: madeira correctamente esquadriada, com espessura até 7.5 cm, largura superior a 7.5 cm e comprimento igual ou superior a 150 cm.

2. *Pranchas*: madeira correctamente esquadriada, com espessura de 7.5 cm a 10 cm, largura superior a 15 cm e comprimento igual ou superior a 150 cm.

3. *Barrotes*: madeira correctamente esquadriada, com espessura de 5 cm a 10 cm, largura até 15 cm.

4. *Vigas*: madeira correctamente esquadriada, com espessura superior a 10 cm, largura superior a 15 cm e comprimento igual ou superior a 150 cm.

5. *Réguas*: para *parquet*: madeira correctamente esquadriada, com espessura até 2.5 cm, largura até 7.5 cm.

6. *Travessas*: peça de madeira cerrada nas quatro faces e nos topos, proveniente de espécies produtoras de madeira da 2.ª, 3.ª e 4.ª classe, utilizadas como dormentes no assentamento de linhas férreas com dimensões transversais normais, com espessura entre 13 cm a 25 cm e largura entre 23 cm a 30 cm.

Ministério da Agricultura, em Maputo, aos 12 de Julho de 2005. — O Ministro da Agricultura, *Tomás Frederico Mandlate*.